



Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 1979

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Palácios.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO AGENOR DO NASCIMENTO, ocorrido ontem, nesta Capital.

O extinto era funcionário aposentado desta Casa de Leis, tendo exercido os cargos de Tesoureiro e Diretor do Departamento Administrativo, com esmero e dedicação, durante vários anos.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à estmada família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1979.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FELÍCIO JORGE, ocorrido na data de 06 de novembro, em Paranavaí.

O extinto era pioneiro da região e gozava de elevada estima.

Outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1979.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 18º aniversário da instalação do Município de Miraselva.

Miraselva foi elevada à categoria de Distrito, pela Lei 3.527, de 16 de janeiro de 1958, época em que pertencia ao Município de Florestópolis.

Em 21 de março de 1961, foi elevada à categoria de Distrito Judiciário, pela Lei 4.343.

Finalmente, em 25 de julho de 1960, desmembrou-se de Florestópolis, sendo elevada a Município, pela Lei 4.245.

A instalação ocorreu no dia 11 de novembro de 1961, sendo empossado o Sr. João Juliani, como primeiro prefeito municipal eleito.

Graças ao espírito combativo e a bravura de sua gente, Miraselva representa hoje uma das grandes esperanças da região.

Da decisão desta Casa, pede-se sejam cientificados a Câmara Municipal e o Prefeito Municipal de Miraselva.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do próximo dia 16, para que no mesmo dia se realizem reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO e NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Dr. Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetivando a criação e efetivação de mais uma Vara Cível na Comarca de Toledo (PR).

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Município de Toledo ocupa o sétimo lugar na arrecadação do ICM no Estado do Paraná, e que esta colocação demonstra sua pujança econômica, permitindo a conclusão de que seu produto econômico bruto também se situe em oitavo lugar entre os municípios do Estado do Paraná.

Considerando que tamanha produção econômica implica necessariamente num relacionamento social extremamente intenso, que precisa ser protegido e controlado pelo Poder Judiciário, sob pena de ser colocada em risco a ordem pública. Aliás, sintomas já existentes: Basta a observação e subsequente conscientização da realidade política e social da cidade e do município.

Considerando que o restabelecimento e manutenção da ordem pública na Comarca de Toledo, depende ESSENCIALMENTE da criação e instalação de novas Varas Cíveis e até de

mais uma Vara Criminal;

Considerando que apenas uma Vara Cível não tem condições, nem remotas, de atender tamanho volume de serviços que se apresenta naquela Comarca, tanto no que concerne ao Magistrado como ao que concerne à própria Escrivania;

Considerando que, apesar da criação e subsequente desmembramento da Comarca de Palotina, o movimento forense da Comarca de Toledo continua aumentando assustadoramente;

Considerando que a Justiça é a única instituição que não pode faltar, nem ser fraca ou mal instrumentalizada, na defesa dos direitos essenciais do homem e na consecução da paz social;

CONSIDERANDO QUE O POVO DE TOLEDO TEM DIREITO, PELO MENOS POR PRINCÍPIO DE EQUIDADE, AO ATENDIMENTO DE SUAS REIVINDICAÇÕES NA PROPORÇÃO DE SEU PRODUTO BRUTO ECONÔMICO, OBSERVADO O PLANO COMPARATIVO DOS BENEFÍCIOS DISPENSADOS PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL A COMARCAS COMO LONDRINA, MARINGÁ E CASCAVEL;

Considerando que o atual prédio do Forum da Comarca de Toledo comporta, com pequenas modificações, a instalação IMEDIATA de mais uma Vara Cível;

Considerando, enfim, que apesar do honesto e hercúleo esforço dos nobres Magistrados que atualmente prestam seu múnus à Comarca de Toledo, a máquina judiciária encontra-se entravada pela grande quantidade de ações que são atuadas diariamente, em média cinco feitos cíveis novos por dia, aos quais se somam nada menos que 5.800 processos cíveis em andamento.

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Marino Bueno Brandão Braga, objetivando a necessária e urgente criação de mais uma Vara Cível na Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de expediente à Associação Odontológica do Norte do Paraná, congratulando-se com a eleição da nova Diretoria, bem como, parabenizando o Presidente atual, Dr. Luiz Figueiredo Walter, e o Presidente eleito, Dr. Bunji Shibayama, extensivo a toda a Diretoria, pelo profícuo trabalho que vêm desenvolvendo, enaltecendo a classe odontológica.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior do Estado do Paraná, requerendo o envio a esta Casa, de informações aos quesitos seguintes:

1. Quantos municípios do Estado do Paraná estão integrados atualmente à SANEPAR?

2. Em quantos desses municípios a SANEPAR já efetuou a implantação do Serviço de Esgoto Sanitário, pelo mínimo na sede urbana, especificando o número de metros por município.

3. Em quantos municípios o problema de abastecimento de água potável já foi resolvido definitivamente, e quais os municípios?

4. Quais os municípios cujos serviços de abastecimento de água e cujo serviço de esgotamento sanitário são deficitários?

Quais os que apresentam superavit?

5. Se a SANEPAR já cumpriu todas as obrigações contratuais em todos os Municípios, dentro da programação do PLANASA?

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas no presente requerimento são necessárias para um melhor posicionamento deste Deputado e até mesmo da comunidade maringaense, tendo em vista a disposição noticiada pelos órgãos de informação de nosso Estado e por declarações pessoais do atual Prefeito de Maringá, dizendo da intenção em integrar o serviço de água e esgoto sanitário de Maringá ao PLANASA, através do órgão específico de nosso Estado, a SANEPAR.

Anunciam-se "grandes melhoramentos" para Maringá, neste setor. Entretanto, é sabido que esta cidade construiu com grande sacrifício, um sistema de abastecimento de água, há muitos anos, e que, com reparos necessários, naturalmente, em qualquer obra, tem atendido a comunidade.

No que respeita ao sistema de esgoto sanitário, a administração municipal anterior lutou bravamente e conseguiu sua implantação em tempo recorde, em grande parte da cidade.

É, portanto, a autarquia de água e esgoto de Maringá um patrimônio considerável e alienável da população maringaense, que o construiu com grandes sacrifícios e verdadeiro espírito bairrista e empreendedor.

Não conhecendo a realidade no que concerne ao tratamento dispensado pela SANEPAR aos municípios que estão sob sua administração, mas ouvindo insistentes rumores de que principalmente as grandes cidades quando passam seus serviços de abastecimento de água para a companhia estatal, enfrentam sérios problemas, é que encaminhamos à apreciação desta Casa o presente requerimento, objetivando encontrar respostas claras e concretas para um posicionamento racional quanto o problema aqui tratado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, pleiteie junto à direção do BANCO DO BRASIL S/A, especificamente junto ao Diretor de Crédito Rural, Dr. ALÉSSIO VAZ PRIMO, medidas no sentido de ser implantado no Município de Tibagi, um Posto Avançado daquele Órgão, preenchendo assim sensível lacuna que se faz sentir naquela região.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tibagi, um dos mais extensos do Paraná, decorrência do trabalho de seu povo, e do dinamismo de seu Prefeito, Sr. Homero Talevi Campos, tem contribuído com safras generosas no balanço geral da economia agrícola do nosso Estado.

Lamentavelmente, não tem sido amparado por estabelecimentos de crédito que lhes dêem a necessária cobertura creditícia para o desenvolvimento deste setor que constitui uma das preocupações básicas do nosso Governo.

No momento em que o BANCO DO BRASIL, através da implantação do Posto Avançado de Crédito Rural, vem desenvolvendo uma política patriótica de amparo ao nosso agricultor, como incentivo de produção pelo crédito desburocratizado nada mais justo que a medida que ora pleiteamos e que, certamente, terá o respaldo dos Srs. Deputados e de nossas autoridades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Casa, o documento anexo apresentado no XI Congresso Nacional dos Engenheiros Agrônomos e aprovado por cerca de 2.000 congressistas.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1.979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu queria levar ao conhecimento desta Casa, do Sr. Presidente principalmente, dos Srs. Deputados e da Imprensa que assessora os trabalhos dos Parlamentares, que segunda-feira, às 08:00 horas da manhã, via Varig, deverão chegar em Curitiba, doze Parlamentares paraguaios.

Essa comitiva é composta de dois Senadores e dez Deputados que aqui virão para tentarem um contato com os Srs. Deputados das duas bancadas, a fim de tratar de assuntos pertinentes a interesses do Paraguai e do Brasil. Sei desde antemão e posso anunciar ao Senhor Presidente e aos Srs. Deputados e à imprensa, que o assunto seria o contrabando de café. Esses Parlamentares, Senadores e Deputados, deverão debater com os Srs. Deputados desta Casa Legislativa e encontrar uma solução, porque interessa o assunto às autoridades paraguaias e às brasileiras.

E, nessa oportunidade, por uma feliz lembrança do Deputado Basílio Zanusso, Primeiro Secretário da nossa Assembléia Legislativa, nós vamos pedir a colaboração desses Parlamentares paraguaios, no que diz respeito à entrada irregular de veículos roubados no Brasil que, com uma facilidade muito grande, ultrapassam a Ponte da Amizade, e naquele País são vendidos com relativa facilidade.

Interessa sobremaneira a nós paranaenses, ao Brasil, porque veículos furtados em São Paulo e em todos os Estados da Federação, notadamente no Paraná, tem uma facilidade muito grande em ultrapassar a fronteira e desaparecer e serem pulverizados no país paraguaio.

Gostaria que o Sr. Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, conseguisse, e pedido deles, dois ou cinco minutos com o Sr. Governador, na segunda-feira, porque terça, eles deverão descer a Paranaguá para que, como eles disseram no telefone, querem dar um "saludo" ao Sr. Governador.

Queria ler o teor dos dois telex que acabo de receber e em seguida passarei cópia à imprensa desta Casa.

"Governo do Estado do Paraná

Brasil

Urgente

Para Excelentíssimo Señor Nelson Buffara - Casa Legislativa - Curitiba.

Ruego tomar cuenta de la delegacion paraguaya que llegara a esa ciudad el día doce a las ocho horas via Varig. Parlamentarios - Fulvio Hugo Celauro - Miguel Angel Barbosa - Augusto Caceres Carissimo - Carlos Ferreira Ibarra - Victor Urbietta Rojas - Cirilo Silva - Angel Alderete Ademas, Antenor Garcia - Julio Cezar Ybarrola - Roman Martinez - Bunifácio Bordon Soto e Fernando Carmona.

Ademais, iram como acompanhantes. Hacemos llegar nuestros respetuosos saludos al distinguido colega. Y nos subscribimos a sus gratas ordenes.

Fulvio Hugo Celauro

Presidente del Partido Liberal

O segundo, diz o seguinte:

Relacion di Diputados y Senadores paraguayos que esta-

ram visitando la ciudad de Curitiba y Paranaguá durante los días 12/16 de los corrientes: Dip. Dr. Fulvio Hugo Celauro Pres. Part. Lib. Lider de la Bancada Oposicionista

Dip. Miguel Angel Barboza

Dip. Dr. Carlos Ferreira Ybarra

Dip. Dr. Cap. de Fragata (SR) Dip. Victor Urbietta Rojas

Dip Sr. Julio Cezar Ybarrola

Dip. Sr. Bonifacio Borbon Soto

Dip. Sr. Roman Martinez

Dip. Sr. Fernando Carmona

Dip. Sr. Cirilo Silva

Dip. Sr. Antenor Garcia

Senador Dr. Augusto Caceres Carissimo

Senador Dr. Angel Alderete Chavez

É esta a razão da minha presença na tribuna, e ... pediria aos Srs. Deputados que pudessem estar às 08:00 horas da manhã. Eles não pedem essa recepção, mas acho que seria uma distinção que nós Deputados paranaenses, da Assembléia Legislativa, prestaríamos aos visitantes que segunda-feira, às 08:00 horas da manhã, via Varig, chegarão ao aeroporto.

Ao Senhor Presidente que, com certeza, moverá gestões para que eles sejam recebidos dois ou cinco minutos com o Sr. Governador do Estado, os agradecimentos, se bem que não conheço nenhum parlamentar que aqui chegará, apenas sirvo como Deputado que está intermediando porque de Paranaguá, do Escritório Brasil-Paraguai, chegaram a mim essas solicitações, para que providenciasse o que acabo de dizer a Vossas Excelências.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando as autoridades policiais do nosso Estado demoram em elucidar os crimes ocorridos, a onda de violência passa, naturalmente, a aumentar. E somos obrigados então, a encontrar manchetes como as de hoje, na imprensa da Capital e do interior do Estado, como esta: "Prefeito mandante - Iretama imita Cascavel". "O Sr. Prefeito Joaquim Gonçalves é acusado de mandante de duplo homicídio".

No outro jornal, declarações desse mesmo Prefeito, dizendo que policiais morreram porque eram violentos. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que chama à atenção nesta notícia, é o fato de que um dos assassinos que mataram os policiais em Iretama, nem sequer residente em Iretama.

Portanto, se o crime ocorreu porque os policiais eram violentos, e o Prefeito agora é acusado de ser mandante do crime, ele defende-se ao alegar que a violência dos policiais que ficaram o dia todo na rua é que é responsável por suas mortes, como é que se explica a presença de pistoleiro de outras regiões do Estado em Iretama para fazer o serviço?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em verdade, quando ocorre crime policial matando um civil, toda a comunidade se levanta. Os Srs. Deputados na maioria dos casos, vêm a esta tribuna e defendem sempre inocentando o civil e se colocam sempre a dizer que a polícia é violenta.

Nesta oportunidade, ocorre o inverso. Quem morreu foram dois policiais que acabam de sair de um contato com o Sr. Prefeito e estavam fazendo um telefonema para Campo Mourão, sede do seu Batalhão, dizendo que precisavam deslocar-se com urgência para Campo Mourão para fazerem denúncias graves referentes ao Prefeito Municipal de Iretama, Sr. Joaquim Gonçalves.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saíram da cabine telefônica e foram fulminados por duas pessoas, uma de Iretama e outra de fora. E esta de fora, coincidentemente parente do Prefeito, como ele mesmo declara nos jornais que hoje circulam.

Mas venho a essa tribuna exatamente para chamar a atenção desta Casa que, quando o MDB faz denúncias e pede a presença efetiva de policiais capacitados nas pequenas comunidades do interior, o faz com razão.

Em 1977, no final de 77, e em seguida em 78, por este Deputado e pelo Deputado Darcy Deitos, foi encaminhado requerimento nesta Casa, que sistematicamente a bancada governista teimou em rejeitar, pedindo que fosse substituído o Sr. Delegado de Polícia de Iretama, por ser um civil, que nada recebe para o exercício do cargo, que não teria consequentemente condições para trabalhar, para desenvolver um bom trabalho de segurança em favor da comunidade iretanaense.

E o que ocorre? Nenhuma providência foi tomada. Ficou a população de Iretama à mercê dos mais diversos crimes sem solução. E hoje, vê-se o próprio Prefeito envolvido em dois crimes. E não estou aqui a afirmar que o Sr. Prefeito é o responsável direto como mandante.

Mas quem sabe haja responsabilidade do Sr. Prefeito em não ter tomado providências e procurar a substituição de um Delegado Civil que não pertence aos quadros oficiais da Secretaria de Segurança Pública. E colocar lá um profissional, do novo Quadro da Polícia Civil, concurso para conduzir os destinos da segurança daquele município, e não como o atual Delegado, que declara aqui nos jornais de hoje, que quando viu que os policiais e os pistoleiros estavam discutindo, ele correu esconder-se.

Providências são necessárias, e estaremos aguardando, naturalmente, a vinda do Deputado Darcy Deitos, que também representa aquele município, pela Oposição; porque o Deputado Augusto Carneiro aqui está, e por certo terá informações sobre o episódio.

Nós poderemos, Sr. Presidente, aguardar, para encaminhar solicitação de Delegado Especial para encaminhar este inquérito policial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Brasil, indiscutivelmente, é um mar de corrupção. Um mar de escândalo. Aqui no Paraná, e há poucos dias, o povo paranaense ficou conhecendo o escândalo da COTRIGUAÇU, onde o dinheiro do pequeno produtor foi utilizado para comprar um milhão de hectares de terra, a Cr\$ 485,00 o hectare, ou seja, Cr\$ 485.000.000,00.

A corrupção foi longe. O General Antônio Muricy, entrou na jogada, é o dono da terra; fez questão de vender e vender bem. Os gerentes, os presidentes das cooperativas, coincidentemente, tinham terras por parte da comprada. O INCRA entrou na jogada com sua corrupção também, impedindo, de certo modo, que terras do Brasil fossem entregues a brasileiros. O empréstimo de duzentos milhões de cruzeiros, levou três dias para ser concedido, numa linha existente do Banco do Brasil.

É verdade que estrelas foram usadas, para que o então Presidente da COTRIGUAÇU chegasse mais facilmente à Gerência do Banco do Brasil, até à Presidência do Banco do Brasil, então o atual Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter. Corrupção, tráfico de influência e corrupção novamente.

E, agora?

Abrimos o jornal e este anuncia nas manchetes de crimes, crimes que até não os considero mais, porque os crimes maiores são feitos pelos homens que fazem o crime de gravata. E aqui está, Srs. Parlamentares, mais um crime que se comete nesta Nação, estampado no jornal "A Folha de São Paulo", de hoje. A ARENA aprova projetos das terras no Paraná. As mesmas terras que são negadas aos brasileiros, ao pequeno

produtor rural, são entregues graciosamente, aos poderosos deste País.

Leio a notícia: após nove tentativas, a ARENA conseguiu aprovar ontem o projeto do Governo que aliena 400 mil hectares de terras no Município paraense de São Félix do Xingu, à empresa Andrade de Gutierrez, para implantação de um programa de Colonização.

O vice-líder arenista, vejamos os Srs. Deputados a gravidade do que diz este jornal, não se conforma mais neste País apenas com os biônicos, também já temos Parlamentares fantasmas. Assim já foi há pouco tempo atrás, quando o biônico Gabriel Müller se transformou também num fantasma, e da longínqua Mato Grosso conseguiu votar numa sessão do Senado, numa desmoralização ao Parlamento brasileiro.

E agora, novamente, se repete — e leio a notícia do jornal: "O Vice-Líder da ARENA, Aluizio Chaves, da Representação do Pará, e um dos defensores do projeto, votou não; a despeito de se encontrar no seu Estado, representando o Senado, nas comemorações do quinquagésimo aniversário de colonização japonesa do Pará".

Estava no Pará e conseguiu votar numa sessão do Senado. É a desmoralização do Parlamento. A mesa, o aparecimento do seu nome no quadro eletrônico, de votação, mereceu reclamação do Sr. Evandro Carneira, que em nome do seu Partido, combateu a proposição, permanecendo em Plenário, para solicitar a verificação de quorum, aferida através de equipamento eletrônico.

A Mesa presidida pelo Senador Nilo Coelho, não tomou conhecimento da ponderação do Sr. Evandro Carneira e proclamou o resultado: 31 votos a favor e 4 contra. Para se deliberar, o Regimento exige 34 votos. Foi necessário inventar um biônico, foi necessário inventar um fantasma para que se desse 400 mil hectares de terras a mais um grupo poderoso neste País. Quantos ex-Ministros trabalharão para Andrade Gutierrez? Seria de se perguntar. Quantos altos funcionários do Governo Federal pegam dinheiro desta grande firma? Devem ganhar muito, porque para o miserável do trabalhador rural de Cascavel, de Marechal Cândido Rondon, de Toledo, a sua Cooperativa, numa verdadeira corrupção, foi obrigada a comprar terras. Mas para os particulares as terras são facilmente entregues. A gravidade do problema se deve também a que se precisa arranjar um Senador fantasma para dar número naquela sessão. Como foi necessário a aquiescência do MDB, através do Senador Dirceu Cardoso, para que o Estado do Paraná tivesse aprovado em sessão recente, o empréstimo para este Estado. Porque os Senadores lá não estavam, e se o Sr. Dirceu Cardoso pedisse verificação de quorum, o empréstimo não teria saído. Onde a responsabilidade, Srs. Deputados, do Parlamento brasileiro? E esse Parlamento que pretende falar em nome do povo. É isto que estamos a ver a boca torta de quinze anos de ditadura militar neste País.

Entortamos a boca e não sabemos mais falar pelo povo. Mas quando todas as classes sociais neste País se levantam, aí está o exemplo dos agrônomos; aí está o exemplo dos advogados, aí está o exemplo dos metalúrgicos, que nem refugiados dentro de uma igreja podem ficar; quando este povo, realmente se levantar, aí daqueles que esqueceram de em seu nome falar.

Obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De início, quero lamentar o que ocorreu no Município de Iretama, que foi o tema da fala do ilustre e eminente Deputado Antônio Facci.

Iretama viveu, na verdade, um dia muito triste na sua história, na segunda-feira passada, quando lá foram mortos dois

soldados de Polícia que militavam naquele município.

Da fala do ilustre Deputado, deixou alguma dúvida quanto ao comportamento do Prefeito daquele município. E eu sinto-me na obrigação de esclarecer de que o Prefeito, homem simples, trabalhador, prima pela ordem do seu município e pela paz do seu povo. E que tem sido um batalhador incansável para manter a ordem do seu município.

Há poucos dias, quando nesta Casa se apresentou um requerimento pedindo a troca do Delegado de Polícia, entendi de que as justificativas apresentadas naquele requerimento não eram necessárias ou não eram provas cabais para que justificasse o afastamento do delegado; e pedi, inclusive, que se transformasse a redação daquele requerimento, para pedir uma sindicância junto à função do delegado, e, após alguma comprovação nessa sindicância, então eu concordaria com o afastamento do Delegado daquele município.

Não foi feito, e evidentemente, não foi afastado o Delegado.

Porém, neste caso, como os soldados de polícia, não tem nenhuma correlação com a atuação do Delegado. Os soldados de polícia que militavam naquele município, donde, um deles, tinha a representação do trânsito, era cargo de confiança do Prefeito.

No entanto, este soldado de polícia, abusando da sua condição de representante do trânsito, vinha agindo arbitrariamente com os munícipes daquele município. E, por esta razão, foi chamado pelo Prefeito, e foi duramente chamada a atenção pelo seu comportamento, porque o Prefeito não admitia e não admite de que naquele município se pratique corrupção.

E daí, surgiu, então, um desentendimento entre os policiais, ou aquele soldado de polícia com o Prefeito; e este soldado de polícia, pegando, como seu companheiro, outro soldado, foram à casa do Prefeito para satisfações. Não encontrando o Prefeito, foram à Prefeitura, e, diante dela, como está comprovado já, por testemunhas no inquérito que está se abrindo, estes soldados perderam a cabeça e passaram a fazer um tiroteio na cidade de Iretama.

Evidentemente, o povo daquele município, quando percebeu que os dois soldados de polícia, que tinham a obrigação de manter a ordem e a tranquilidade da sociedade, eram os primeiros a dar tiros em qualquer direção no meio da rua, então duas pessoas naturalmente dois homens que vão ser julgados, compareceram ali, se atriaram com os soldados e os mataram.

Para isto foi designado um Delegado especial, o Delegado adjunto da Delegacia Regional de Campo Mourão, onde se está processando o inquérito, ouvindo-se as testemunhas, e abrindo-se o inquérito com este Delegado especial.

Temos ciência também, e o próprio jornal "O Estado do Paraná", nos traduz muito bem, de que o Promotor de Justiça daquela comarca, está acompanhando o inquérito.

Portanto, não temos dúvida de que será feita total justiça neste inquérito, para que os responsáveis por estas mortes, se responsáveis houver, naturalmente haverão de pagar.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Estou falando no Pequeno Expediente.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero afirmar aqui de que o inquérito está sendo feito, com Delegado especial designado, acompanhado por Sua Excelência o Sr. Promotor Público da comarca, e nós cremos piamente que estas autoridades haverão de elucidar o fato, para depois podermos julgar os culpados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos com atenção o pronunciamento do nobre Depu-

tado Augusto Carneiro, não pudemos apartear-lo, pois que Sua Excelência falava no Pequeno Expediente.

Usamos da tribuna, neste instante, para nos solidarizar com o ilustre Deputado que veio trazer, à luz do dia, um problema muito sério, ou seja, a Polícia paranaense que, embora composta de bons policiais, de homens dignos, tem, em seu quadro, elementos que usam e abusam do poder.

Poder esse, muitas vezes, auferido pelo poder civil, por Deputados, Prefeitos, Vereadores, a força viva da Nação, mas que esse mesmo poder civil, fica, muitas vezes, à mercê, sujeito, a policiais despreparados.

Como aconteceu em Joaquim Távora, quando um sargento da polícia enfrentou o Prefeito e toda a Câmara de Vereadores!

Precisamos, neste instante, explicar o nosso reclamo e estar solidário com o Deputado Augusto Carneiro e com o Prefeito que, também, talvez tenha sido afrontado por soldados despreparados, soldados que denigrem a gloriosa corporação da Polícia Militar do Paraná, que deveria se espelhar no grande Duque de Caxias.

Neste instante, fazemos um apelo, desta tribuna, para que haja uma seleção, para que haja o respeito humano, o respeito ao poder civil, o poder que emana do povo, o poder constituído e um Prefeito que foi eleito pelo povo, para defendê-lo e não para estar subjugado aos homens que, armados, afrontam a população de uma comuna tranqüila.

Muito bem, Deputado Augusto Carneiro, e que isto sirva para a nossa Polícia Militar, para que faça uma seleção nos homens que vão responder pelas pequenas comunas, principalmente.

Para evitar episódios como aconteceu em Cantagalo, linchamento, como aconteceria em minha cidade se providências não tivessem sido tomadas. Quando um sargento, acobertado pelo seu Chefe, comandante da Corporação da região, mandou que se espezinhasse o Prefeito, que se tripudiasse sobre o poder civil.

Não queremos nada a não ser justiça para o povo da Situação e da Oposição, queremos uma justiça cristã, e que os homens da farda, os homens da gloriosa Polícia obedeçam as ordens de seus superiores, mas, também, que sejam os mantenedores da ordem, nas comunas, onde os Prefeitos são a suprema autoridade do Poder Executivo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Infelizmente, ao abordar o assunto do assassinato dos dois policiais, em Iretama, fizemos colocações que vimos nos jornais e conseguimos através do telefone.

O Deputado Augusto Carneiro foi à tribuna, e procurou isentar, totalmente, a participação do Sr. Prefeito, Joaquim Gonçalves, no episódio.

No entanto, o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por desconhecer os fatos, foi à tribuna, e acabou por fazer uma afirmação altamente séria. Porque ele disse que a Polícia Militar do Paraná precisa ser melhorada, porque, senão, continuarão acontecendo casos como esse, ele quase que confirma que o Prefeito mandou matar os policiais.

Acho que a participação do Sr. Gabriel Manoel foi altamente séria e precisava ser melhor analisada. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Apenas disse, da tribuna, que a Polícia Militar, com toda a honra, com toda a dignidade, haverá de selecionar os seus elementos e expulsar, de seu quadro, os maus elementos, para não denegrir a gloriosa Polícia Militar que deveria se espelhar em Caxias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilton Frie-

drich.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Enquanto houver uma igreja em São Paulo, vamos assegurar ao povo o direito de se reunir".

Manifestação de D. Mauro Morelli, Bispo-Auxiliar de São Paulo (substituto de D. Paulo Evaristo Arns).

Nesta marcha em favor dos oprimidos, contrapondo-se à situação tradicional muitas vezes ligada a uma visão conservadora da realidade social ou mesmo de sustentação espiritual de determinados sistemas opressores, a igreja passou a fazer novas interpretações do mundo político-social, desenvolvendo atividades arrojadas ante injustiças e desigualdades.

E evidentemente, Sr. Presidente, esse posicionamento em defesa dos oprimidos, segundo a teologia da libertação, vem encontrando resistências, principalmente nos setores preocupados com a manutenção do "status quo" existente, onde os privilégios de alguns se conflitam com a marginalização de quase todos. E, neste quadro, a felicidade de poucos se concretiza sobre a desgraça dos demais.

Mas assim mesmo a igreja avança e a cada vez que avança as preocupações em torno dela aumentam. Evidente que, no momento em que as tarefas do próprio cristão se ampliam no seu relacionamento não só vertical, mas também horizontal, (ação do cristão como homem e como cidadão de uma sociedade concreta com seus contrastes e agressões), o envolvimento do Sindicato e dos seus membros nas lutas populares passa a ser natural.

Basta exemplificar o que fica claro efetivamente, a atuação palpitante e ativa dos padres Ernesto Cardenal e Miguel D'Escoto, na recente luta pela libertação da Nicarágua. Hoje, Ernesto Cardenal e Miguel D'Escoto respectivamente Ministros da Educação e das Relações Exteriores do novo Governo não representam surpresas, pois o mundo passou já a se acostumar com tais vinculações e presença de membros da igreja inclusive na atividade política. Todavia, basta acrescentar que, a presença de tais Ministros não é gratuita ou acidental. Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a história recente da Nicarágua mostra que, pouco a pouco os 7 Bispos, 200 padres, 500 freiras e milhares de leigos da igreja da Nicarágua foram se envolvendo na luta popular, até que, efetivamente, junto a outros segmentos de libertação nacional, conseguiram desenvolver um trabalho de conscientização, até a derrubada do sanguinário e concentrador poder da família Somoza.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós fizemos este introito foi, efetivamente, para também posicionar-nos o que nós, como meros leigos, estamos vendo e assistindo na realidade nacional, quando a igreja passa a tomar novas posições e a cada posição nova que toma a reação natural daqueles que pretendem manter a atual situação e o atual sistema econômico-político e social e principalmente e a membros desta própria igreja já sendo agredidos por aqueles que são os porta-vozes e bajuladores e capangas dessa situação caótica. E, portanto, mais se agrava a problemática, como nós vemos o que ocorreu ainda esta semana na sequência dos episódios que vêm ocorrendo em São Paulo e em outras partes do Brasil, a igreja passa também a ser agredida, agredida não só na sua luta, mas também até nos seus patrimônios.

Ora, Sr. Presidente, quando a Polícia age com violência na repressão ao movimento de metalúrgicos como o ocorrido nesta semana, chegando a invadir igrejas, como a de Nossa Senhora do Socorro em Santo Amaro, à busca de grevistas que lá estavam refugiados após choques ocorridos nas ruas daquela Capital, é preciso que haja uma reflexão.

Os policiais, de maneira incompreensível, lançaram bombas de gás lacrimogêneo e espancaram todos que se encontravam naquele templo, inclusive jornalistas, Frei José Resende, operários atingidos pela violência policial. O interior do templo depredado e portas arrombadas.

Isso, Sr. Presidente, Senhores Deputados, traduz fielmente, que neste País, mais do que nunca, a questão social ainda é considerada como caso de polícia e como a questão social ainda é caso de polícia, a repressão não mede forças e não mede consequências e passa a agredir a tudo e todos.

Mas, Senhor Presidente, Srs. Deputados, é preciso também que nos voltemos ao Paraná. Não é de muito que sentimos a presença do trabalho das diversas Pastorais que compõem a igreja e o Paraná e o Brasil inteiro acompanharam "pari passu" o trabalho Pastoral da Terra, levantando os mais diversos problemas possessórios que estão angustiado até hoje incontáveis e centenas de famílias de todo o interior paranaense.

Quem não se lembra da atuação veemente, coordenada e organizada num episódio das notas promissórias rurais, mobilizando o agricultor mais uma vez espoliado, na defesa que sempre houve, dos poderosos, para aqueles que possuem o poder econômico, mesmo que às vezes com fraudulência e como ocorreu com o grupo Oriolar-Frimesa.

Ainda recentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez nesta linha de presença constante e ativa, na luta contra as desigualdades e injustiças, a ação da igreja se manifestou na luta em favor dos bóias-frias e num documento memorável, denunciando ainda mais os contornos gravíssimos deste assunto, os Bispos da Regional Sul II, elaboraram um documento-denúncia em que manifestaram os agravantes que estão vivos na indefinição da política fundiária do Governo e foi a Pastoral da Terra mais uma vez que se somou à manifestação de tantos homens da Oposição de tantos sociólogos e de todos aqueles preocupados efetivamente com a problemática nacional e vem reivindicar também ao Paraná a necessária reforma agrária e a mudança substancial na estrutura fundiária do nosso País.

De 1962 até hoje, muitos passos foram tomados pela igreja, às vezes recuando, às vezes tomando posições dentro de uma visão conservadora e participando como fez, nas famigeradas marchas com Deus, pela família em Liberdade, que nada mais objetivavam do que através de outros interesses buscar não a realização das reformas de base que o povo exigia e precisava, mas sim, ocorreram que depois se fez presente a mudança do sistema brasileiro que veio ser concentrador, injusto e acusador dos contrastes sociais.

Mas, agora mais do que nunca é a igreja que vemos na luta em favor dos operários. E há poucos dias nós tivemos a oportunidade, nesta Casa, de discutir e acompanhar um voto de solidariedade aos metalúrgicos, voto este apresentado pelo Deputado Gernote Kirinus, e que infelizmente esta Casa, dada a maioria arenista, pôs por terra tal pretensão. Poucos dias depois, nós tivemos oportunidade de fazer aqui também um mero requerimento de solidariedade e apoio a esta luta glorificante e gratificante que a igreja vem desenvolvendo, especialmente no caso dos metalúrgicos de Curitiba. Quando não de agora, de hoje ou de ontem, mas de dias e dias vem se posicionando neste movimento até então pacífico para que esta dificuldade que ora vivem os metalúrgicos do Paraná, fosse ultrapassada.

A igreja tomou partido, e como disse o jornal da Capital, tomou o melhor. E dizia a manchete: "Nós apoiamos a campanha, porque faz parte dos direitos humanos". É a voz da igreja atuando efetivamente no campo social.

Mas o requerimento que nós fazíamos nesta Casa, uma mera solidariedade hipotecando a nossa mera solidariedade a esta luta desenvolvida pela igreja do Paraná, mais uma vez foi rechaçada por esta Casa. Mais uma vez nós tivemos que infelicitar tal decisão e mais uma vez a promoção de paz e justiça social que hoje desenvolvem membros da igreja, teve através da Maioria situacionista, não um posto de apoio mas sim um tropeço, porque mais do que nunca movimentos desta espécie necessitam de solidariedade, de apoio material, mo-

ral e espiritual.

E esta mesma Casa, por paradoxal que possa ser, há poucos dias fez constar dos Anais da Casa um documento dos Bispos do Paraná, dos Bispos do Brasil componentes da Regional Sul II. E estas contradições, e estes paradoxos nós acabamos não entendendo.

Mas ontem fomos surpreendidos porque um outro requerimento que manifestava protesto pela atuação da polícia no episódio de São Paulo, envolvendo inclusive um templo, teve o apoio desta Casa. E isto nos deixa efetivamente perplexos, porque enquanto nós apoiamos e protestamos porque a coisa se desenvolve em São Paulo, como já ocorrera em episódios anteriores nesta Casa e neste Parlamento; agora quando se trata de coisa nossa, quando operários são demitidos porque estão tão e somente distribuindo panfletos e demonstrando a situação em que vivem, são despedidos dos seus empregos, onde efetivamente grupos multinacionais instalados nesta Capital, na Cidade Industrial, em grande parte com dinheiro dos brasileiros e dos paranaenses, com financiamentos dos nossos órgãos financiadores de origem estatal, acabam também fazendo a pressão e a polícia manifesta e particular dentro dos seus quadros de funcionários.

A pressão e opressão manifestada como ocorreu na New Holand e como ocorreu também em outra empresa desta Capital.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado Nilton Friedrich, realmente não gostaria de interromper o seu brilhante discurso, no entanto não podia deixar de parabenizá-lo e somar-me ao seu pronunciamento, dizendo apenas que a igreja quando toma essas posições corajosas, evangélicas, é porque ela está vocacionada a ser povo. Porque Igreja, no seu termo original, na sua origem etimológica a palavra, já significa a reunião dos que foram enviados para fora, para o mundo, a reunião do povo em torno de uma só fé. Logo igreja pode ser sinônimo de povo reunido, em torno de uma fé. E da violência, da miséria, da exploração em que vive este mesmo povo reunido em fé, em igreja, é que nasceu, nos últimos anos, uma nova dimensão da fé cristã.

A dimensão que adquire a ótica do Cristo crucificado, estampado na realidade em que vive o povo. E esta nova ótica, que não fica simplesmente no derrotismo, na simples veneração ou adoração de um Cristo crucificado na realidade, na violência que sofre o povo oprimido, mas também adquire e transcende para uma nova visão de um novo homem e de um novo mundo; porque após a crucificação segue a ressurreição.

Após a observação e a constatação da miséria de um mundo dividido entre opressores e oprimidos, surge e nasce a dimensão de uma esperança, da fé, num mundo sem opressores e sem oprimidos.

Estas são as exigências morais que a igreja coloca também para nós e para a nossa conduta política. Colocando acima do jogo de interesse de partidos, interesses pessoais, a justiça, a igualdade entre os homens e, principalmente, a luta contra a opressão.

Foi neste sentido que os Bispos hoje se solidarizam, vocacionados como são, pelo povo mais pobre, mais oprimido, com os operários, aqui na nossa cidade. E talvez com esta mesma intenção quiseram eles iluminar mais longe, iluminar também as consciências políticas desta Casa. Mas, infelizmente, isto não foi alcançado. Porque aqui se colocou acima do interesse da justiça, colocou-se o interesse partidário ou sei lá que interesse, talvez até das multinacionais, aliados a interesses deste partido.

Isto nos deixa profundamente magoado e isto nos faz com que protestemos, inclusive com veemência, mediante as exigências morais que a conduta cristã deveria inspirar.

Deputado Nilton, congratulo-me com o seu pronunciamento e sejam estas palavras um reforço para que continue nesta

luta e trazendo, através desta sua explanação, luz e consciência para a nossa conduta política.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, principalmente porque vem de um verdadeiro teólogo, conhecedor profundo da luta cristã, como da teoria da nova teologia de libertação da igreja, que isto tudo somando, Deputado Kirinus, vem provar, nós que não somos conhecedores profundos da teologia, nem como grandes participantes desta profissão de fé espiritual, mas temos a consciência crítica e desta luta cristã que desenvolvem homens ligados à igreja e principalmente dentro da visão, de que como é possível amar o homem a Deus, que não vê e desprezar o próximo que está a seu lado? Como é possível a uma Assembléia Legislativa, que invoca todo o início de reunião, "Sob a proteção de Deus", mas os filhos de Deus que estão aí, oprimidos, marginalizados, não recebem a proteção destes que alegam a proteção de Deus, na abertura de seus trabalhos.

Mais importante, do que possivelmente nós estarmos reunidos, como estamos hoje aqui, seria nós estarmos sim, na frente das fábricas, junto com os piquetes de operários, defendendo a Justiça, a liberdade, a dignidade humana. Os princípios máximos da própria cristandade. Porque se aqui alegamos, e a proteção de Deus na abertura dos trabalhos, na prática estamos negando, como negamos nosso apoio, nosso aplauso, a nossa solidariedade, o nosso próprio amor cristão.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — **(Assentimento)**

Deputado Nilton Friedrich, creia que um novo dia ainda vai raiar. E nesse dia, a expressão popular há de cimentar neste chão sofrido, a verdadeira justiça, o verdadeiro respeito ao próximo, a verdadeira e definitiva igualdade. Quando esse dia raiar, o trabalhador estará, se Deus quiser, conscientizado. O homem estará politizado. E nenhum homem explorará o trabalho de outro homem. A sucessão de fatos e a ausência de sensibilidade e de seriedade dos homens que nos governam; está conduzindo este País, para o dia da libertação; para o dia da Verdade, para o dia definitivo do acerto de contas. Hoje, mata-se operário neste País. As balas oficiais calam a voz da reivindicação; calam o grito de liberdade; cortam o grito de fome e de desesperança. Quantas mortes serão necessárias ainda, nobre Deputado Nilton? Quanto sangue inocente ainda manchará o negro asfalto neste País? Até quando os donos do Poder continuarão assustando, matando, mutilando? Até quando, nobre Deputado, as balas e as pombas da repressão, continuarão dividindo, colocando a força de um lado, e o povo desarmado de outro. Mas um novo dia há de raiar neste País; não fosse este País tão imenso, retalhado de contrastes e diferenciações sociais, esse dia chegaria mais cedo. Mas ele vai chegar se Deus quiser. E esse dia virá claro, límpido, leve, azul, impregnado de justiça social, respeito às pessoas e igualdade de direitos.

Não brinquem com a índole contemplativa deste povo brasileiro. Os que assim estão fazendo, pagarão muito caro por esta exploração do povo. O lombo do nosso povo está ferido e está cortado pelas chibatadas da ditadura. Mas o povo ainda vai cantar o seu dia, quando este novo dia raiar.

Muito obrigado, nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Deputado, só aduziria às suas colocações, sérias e profundas, a manifestação de D. Luciano Mendes, Secretário Geral da CNBB, no dia de ontem, quando ele dizia: "A repressão violenta não conduz ao diálogo e impede as manifestações e reivindicações justas. E no momento em que não tivermos o diálogo, efetivamente, o grande perigo surgirá, se buscar outros canais, outros instrumentos para desafogar esta tensão e esta explosão latente que existe no seio social da família brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo isso que nos faz vir a essa tribuna hoje, é efetivamente, para que nós possamos

refletir "pari passu" sobre cada atitude, cada comportamento.

Ninguém está preocupado com a radicalização pelo prazer de radicalizar; ninguém está preocupado com a agressão pelo prazer da agressão; ninguém busca, efetivamente, reivindicar sem o desejo sério de, na reivindicação, recompor uma situação difícil.

Mas, na verdade, enquanto isto ocorre, infelizmente nós também vemos nos jornais de hoje, a nota, a manifestação do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, quando o Líder do Governo, Nelson Marchezan, diz: "Quando padres, freiras e seminaristas se envolvem nessas atividades, é um mau início". Eu diria: é um bom fim. É um bom fim, quando nós vemos que também a igreja passa a se posicionar com seriedade, com o objetivo de efetivamente fazer valer os seus princípios evangélicos, e que não fique somente no papel. Isso efetivamente representa a teologia da libertação, significa, na verdade, a luta que deve ser sustentada ante as injustiças e a situação em que vive a grande maioria dos operários neste País.

Efetivamente a igreja de São Paulo solidária à justa luta dos operários, essa mesma igreja também está no Paraná, e nós temos oportunidade, neste instante em que os metalúrgicos de Curitiba iniciam uma greve, de analisarmos os permenores dessa reivindicação, o porquê da paralisação, o porquê de dias e dias e dias na mesa das negociações, o capital impondo condições, impondo situações inegociáveis, até que, não tendo outra saída, busca o caminho da greve, que é também uma saída que encontrou o capitalismo, como dizíamos ontem, neste conflito capital e trabalho, porque a greve é própria do sistema capitalista, e é nele que ela surgiu.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto nós tivermos uma posição defensiva; enquanto nós nos colocarmos como se tem colocado às vezes esta Casa, numa maneira até contemplativa ou omissa, nós não estaremos contribuindo para efetivamente ultrapassarmos o grande fosso social em que se encontra a Pátria brasileira.

É só participando direta e concretamente que nós estaremos, sim, ampliando a luta e os instrumentos de ação justa e digna do trabalhador e da família brasileira.

Tem o aparte o nobre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz - Queria cumprimentar Vossa Excelência e também dizer que, no Paraná, depois de 14 anos, nós nos vemos à frente de um movimento grevista.

Ontem, no Estádio do Atlético, os metalúrgicos se reuniram e resolveram deflagrar uma greve, já que suas reivindicações não estão sendo atendidas.

O que reivindicam os metalúrgicos paranaenses, em número de 30 mil trabalhadores? Reivindicam simplesmente com a matemática. Mostram os seus vencimentos em 1973, e hoje; e, num boletim que distribuíram provam que o seu vencimento mínimo, hoje, deveria estar na ordem de Cr\$ 6.520,00, e isto não ocorre.

Pedem eles 68% de aumento, e demonstram matematicamente que somada à inflação à produtividade que é da lei, eles deveriam ser reajustados em 68%.

Portanto, nós que fomos escolhidos para participar do Comitê de Apoio aos Metalúrgicos, apoio esse que congrega a maioria das entidades populares da nossa cidade e do nosso Estado, apoio esse que é dado por entidades que não são subversivas, como muitos costumam dizer, mas que são entidades populares, realmente, e que estão preocupadas com os movimentos populares, esse apoio deve ser dado por todos nós, parlamentares, ou não; do Partido da Situação ou da Oposição. Porque, há que se dizer um "basta", neste País.

Toda vez que há um movimento de base, toda vez que há um movimento popular, chama-se-o de comunista.

A indústria do comunismo só pode servir ao próprio comunismo.

A indústria do comunismo só pode servir àqueles que, na

outra extremidade, esperam o povo brasileiro.

Porisso, Sr. Deputado, quando depois de 14 anos, os metalúrgicos de nosso Estado deglafram uma greve, quando se reúnem em cidades diversas, em apoio a esses metalúrgicos, faço um apelo, aproveitando o seu magnífico discurso, um apelo para que todos nós, também, passemos a apoiar essa greve. Porque, ela além de matematicamente correta, está a defender interesses de pessoas do povo que estão sendo espoliadas pelo regime do capitalismo selvagem em que vivemos.

Quando outras camadas sociais — e ainda há pouco dizia desta tribuna — quando os agrônimos levantam a sua voz, quando os advogados levantam a sua voz; quando os professores levantam a sua voz, é porque as coisas não andam bem.

A indústria do comunismo, Sr. Deputado, há que acabar, neste País.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Deputado, agradeço seu aparte.

E a indústria do comunismo transformou-se na guerra fria do comunismo.

A guerra fria do anti-comunismo, do anti-sindicalismo, do anti-universitários, a todos os grupos, ou pessoas, que sejam contrários ao "status quo" existente.

Não são aqueles que são privilegiados pelo sistema. São aqueles que estão tirando proveito, efetivamente, da desgraça social deste País, é que pretendem que tudo permaneça como está.

Mas, ilustre Deputado, basta trazer, aqui, pois Vossa Excelência me facultou isso, voltar, rapidamente, para analisar o que os metalúrgicos pretendem, em Curitiba.

Efetivamente, trata-se de uma equação.

Trata-se de uma operação matemática. Porque, em verdade, ao se analisar tão somente a inflação, os metalúrgicos de Curitiba, em documento distribuído nos principais pontos da Capital, inclusive, nas portas das fábricas, vemos que o aumento médio dos produtos alimentares, mais água, luz, transporte, foi, nos últimos anos, de 775 por cento. E os salários aumentaram 630 por cento.

Só com a inflação, 145 por cento foram perdidos pelo trabalhador!

E eles, então, o que reivindicam? Estão pedindo 85 por cento de aumento. E um piso salarial de Cr\$ 6.520,00.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que cada membro deste Parlamento, ao regressar às suas casas, às suas famílias, analise a situação de quem está neste quadro, reivindicando Cr\$ 6.520,00 para o quê? Cr\$ 6.520,00 de piso salarial para o trabalhador que participa das atividades de produção, dando a sua força de trabalho.

Afinal, Sr. Presidente, qual é a mercadoria, qual é o produto, qual é, efetivamente, o resultado do que se faz com o trabalhador?

A sua força de trabalho é que ele vende, a sua mercadoria, a mercadoria dele, o seu produto, e essa força de trabalho está sendo mal paga, desgraçadamente mal paga, neste País!

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamamos que manifestações como a igreja vem se posicionando no Paraná, em São Paulo, em todo o País, desde que ajustada como na atualidade está, os interesses das classes menos favorecidas, desde que esteja a favor do trabalho, contra a exploração do capital. E mesmo outras forças que venham a se somar, como comitês de solidariedade e outros movimentos contra a carestia. Devemos todos nós, por dever de consciência e dever de responsabilidade, porque estamos aqui, para representar o povo, não para representar o "New Holland", para representar o poder explorador do capital. Tenho certeza que todos os Deputados, em todos os comícios apelaram à proteção de Deus, falaram do trabalhador das mãos calosas e calejadas; na hora de dar o testemunho em favor desta luta da igreja em favor do operário e do trabalhador, o que se faz? Se repudia, se torna omissa e passivamente se foge

dessa luta!

Conclamamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, efetivamente possamos nos reencontrar com a justiça e com a dignidade, lutando pelos direitos humanos que é a luta da igreja, que é a luta deste Parlamento, mas, acima de tudo, é a luta de todo e qualquer cidadão sincero e digno que pretenda ser chamado de cristão nesta Pátria, e em qualquer parte do mundo!

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Esta Presidência consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Declina). — A mesma consulta a Mesa faz à Liderança da ARENA. — **(Declina).**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 116/79), que altera a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.I.P. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/79, Mensagem Governamental n.º 115/79, que aprova Proposta do Orçamento Geral do Estado, para o exercício financeiro de 1980. Parecer FAVORÁVEL da C.O., publicado em avulso. — **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO FACCI — **(Pela ordem)**. Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Deferido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO **(Pela ordem)**. — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda a solicitação do Sr. Deputado Antônio Facci, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Deferido. Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 45 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Solicito dos Senhores Deputados que tomem seus assentos, para verificação de votação do Projeto de Lei n.º 145/79.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O Senhor 1.º Secretário anunciou a presença de 45 Senhores Deputados. Todavia não se encontram 45 Senhores Deputados na tribuna, a não ser que tenham sido contados os que se encontram na tribuna da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — 45 Senhores Deputados reponderam.

Solicito dos Senhores Deputados que tomem seus devidos assentos para procedermos à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 145/79 queiram levantar-se. — **(Pausa).** — Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — **(Pausa).**

36 Senhores Deputados responderam aprovando o projeto; 7 Senhores Deputados rejeitaram. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/79, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a "Associação de Defesa e Orientação do Consumidor - ADOC", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 148/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E ORIENTAÇÃO DO CONSUMIDOR - ADOC, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1979.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de utilidade pública por resultado do presente plano de lei, desenvolve importante serviço à comunidade de nossa Capital. Fundada que foi nesta cidade de Curitiba, no dia 26 de outubro de 1976, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, e que pretende defender, proteger e orientar os consumidores no uso dos seus mais legítimos direitos, bem como colaborar com as autoridades públicas no combate aos abusos do poder econômico e na repressão de crimes e contravenções contra a economia popular. A exemplo de entidades similares já existentes em outras comunidades, a ADOC recebe queixas de consumidores e usuários, reclamações e denúncias sobre a má qualidade, preços exorbitantes, os enganos sistemáticos de peso, medida ou embalagens, de produtos e serviços.

O principal objetivo, digo melhor, o objetivo fundamental da ADOC, é que cada consumidor, devidamente orientado, se torne um fiscal, e que contribua de forma decisiva no aprimoramento da indústria e na prestação de serviços, melhorando dessa forma com um trabalho conjunto o respeito pelo consumidor e usuário.

Devidamente registrada em Cartório competente sob n.º 4.758 L. "3" no 1.º Of. Reg. Tít. e Documentos desta Capital, e com sede sita à Rua Cruz Machado, 66 - 9.º andar, Conj. 907/8 nesta cidade.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a necessária aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 148/79

De autoria do nobre Deputado João Mansur, o presente Projeto de Lei n.º 148/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E ORIENTAÇÃO DO CONSUMIDOR - ADOC", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, verifica-se que as exigências contidas na Lei n.º 6994 de 10 de janeiro de 1978, estão supridas conforme abaixo especifica:

I — A "Associação de Defesa e Orientação do Consumidor - ADOC" foi fundada em 26/10/1976, conforme consta em Estatuto, fls. 12, título IV, Art. 71.

II — É uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e está em efetivo exercício. Conforme Estatuto fls. 04, título I, Art. 1.º.

III — Nenhum cargo eletivo poderá ser remunerado, de acordo com Estatuto fls. 14, Tít. VII, Art. 104.

IV — Cumpre no Art. 1.º, itens a, b, c, d, dos seus estatutos as finalidades exigidas pela lei supra citada.

Não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa, nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1979.

aa) Gilberto Carvalho - Presidente; Deni Schwartz - Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/79, de autoria do Deputado Mário Celso, que institui o Dia do Poeta, a ser comemorado no dia 04 de outubro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 153/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituído o DIA DO POETA, a ser comemorado anualmente, no dia 04 de outubro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Quando Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, tive a honra de apresentar projeto de lei criando o DIA DO POETA, a nível municipal. Foi no dia 07 de março de 1.979. No mesmo ano, no dia 29 de dezembro, o Prefeito Municipal sancionou a Lei n.º 5973, criando oficialmente o Dia do Poeta.

Agora estamos sugerindo aos companheiros da Casa, e pedindo colaboração no sentido de criar o Dia do Poeta a nível estadual. É notório que o progresso irreal acabou matando um pouco a poesia, gerando desânimos e incertezas. Sentimos a necessidade de exaltar o trabalho dos poetas, pois o momento exige o culto àqueles inspiradores populares.

A data escolhida marca também o Dia de São Francisco de Assis, consagrado como "O Santo dos Poetas", ou "O Poeta dos Santos". Ele sempre incluía amor a tudo que era criado pelo próprio Deus, ganhando admiração e marcando como "O mais rico dos pobres", ou "O Pobrezinho de Assis". Fica sendo este Santo o patrono da data.

Nesta data as escolas do Estado deverão motivar seus alunos para os trabalhos poéticos, promovendo palestras, encontros e debates sobre a poesia, com artistas locais e trabalhos diversos, despertando nos jovens o sentimento da poesia.

Lembrando uma frase do Presidente do Centro de Letras do Paraná, Academia Paranaense de Letras e Presidente perpétuo da ALJA, Vasco José Taborda: "poetas são como homens de sonhos, mas que também vivem a realidade dos tempos em que vivemos, sofrendo e rindo com toda a humanidade". O homem de hoje anda cansado de tudo e de todos. O homem cansado do dia-a-dia, da rotina, do estado civil, da vocação, O homem não soube dividir que a única coisa que não cansa é o amor e a poesia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 153/79

P A R E C E R:

O projeto em tela não fere qualquer dispositivo constitucional vigente, razão pela qual nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/79, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública o "Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand", com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 163/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR BATISTA BÍBLICO ASSIS CHATEAUBRIAND, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem funcionando regularmente desde a sua fundação, e atendendo às finalidades para que foi criada, não distribuindo lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a seus associados, dirigentes, benfeitores ou mantenedores, não remunerando sua diretoria no todo ou em parte, e não remetendo dinheiro para fora do País, aplicando a totalidade de suas rendas em aumento de seus beneficiários ou em inversão patrimonial, e os saldos porventura existentes no final de cada exercício, são aplicados na melhoria de seus atendimentos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 163/79

P A R E C E R:

O projeto de lei em apreciação, de autoria do Deputado Edilson Alencar, declara de utilidade pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e o foro no Município de Assis Chateaubriand.

O projeto, que vem devidamente articulado, vem sofrendo tramitação normal por esta Casa Legislativa.

A entidade que se visa declarar de utilidade pública, atende os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que estabelece condições para que tal declaração possa ser pleiteada.

Face ao exposto, não havendo qualquer óbice legal ou constitucional a opor, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Nelson Friedrich, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Agenor do Nascimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 18.º aniversário de instalação do Município de Mirasolva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felício Jorge, ocorrido em Paranaíba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e MDB, constante do expediente, solicitando seja suspensa a sessão do próximo dia 16, para que no mesmo dia se realize reunião das comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetivando a criação e efetivação de mais uma Vara Cível na Comarca de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, em forma de pedido de informações, sobre quantos municípios estão integrados atualmente à SANEPAR e demais itens. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do documento apresentado no XI Congresso Nacional dos Engenheiros Agrônomos e aprovado por cerca de

2.000 Congressistas. — **Aprovado.** (O documento acha-se publicado no final desta ata). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Odontológica do Norte do Paraná, congratulando-se com a eleição da nova diretoria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à direção do Banco do Brasil S/A., no sentido de ser implantado no Município de Tibagi, um Posto Avançado do referido órgão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TADEU LÚCIO MACHADO, NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 1.979.

“A QUESTÃO NACIONAL E A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

A situação política do País, caracteriza-se pelo avanço das lutas desenvolvidas pela sociedade civil, cuja tendência básica e doravante predominante, é sua organização e mobilização.

A questão fundamental é a dicotomia existente entre o desenvolvimento capitalista que se processa no Brasil de um lado, e as atuais condições da intolerável pobreza e qualidade de vida do povo brasileiro do outro.

Esta situação decorre das próprias contradições do modelo desenvolvimentista traçado para o País, onde preconiza-se a intervenção autoritária do Estado direta e indiretamente no processo de produção e reprodução de riquezas, facilitando pela sua força repressiva, a acumulação maior e mais profunda do capital que se centraliza e se encontra na mão dos grandes conglomerados financeiros, gerando com isto, graves distorções na distribuição da renda.

Aliada a esta circunstância, registra-se o fato de que o capitalismo que se desenvolve no Brasil está voltado não para promover de forma radical a ampliação do mercado consumidor interno, e criar com isto, as formas para um governo independente. Mas, ao contrário, caracteriza-se basicamente por depender de interesses alienígenas da Nação, o que, enxerga no Brasil apenas as condições de fornecimento de matérias-primas baratas e u'a mão-de-obra que, pelo sistema de governo que lhe dá suporte, permite que seja explorada até a exaustão.

É esta exaustão que atinge a maioria esmagadora dos assalariados, camadas médias urbanas, assalariados do campo e pequenos agricultores rurais em geral, que gera as insatisfações que se manifestam nos planos político e social.

A questão em consequência é econômica, política e social.

Manifestando-se no campo político todas essas contradições, suas soluções tendem a buscar no confronto das forças sociais em luta, o desaguadouro natural da organização política, as ações que torneiável a transformação da realidade que exija não apenas o desenvolvimento econômico, mas sobretudo progresso social.

Por progresso social, entende-se o desenvolvimento ascendente do conjunto da Nação que faz crescer suas forças produtivas, impondo a eliminação das relações de produção que ficam ultrapassadas, disso resultando, nos marcos nacionais uma produção de riquezas que eleve o padrão de vida do povo, com mais ofertas de empregos; um equilíbrio ou saldo positivo em sua balança comercial e Produto Interno Bruto, com taxas de crescimento superior ao nível de crescimento demográfico.

Não será necessário evidenciar o quanto estamos distantes desta aspiração. É sabido de todos, que ano a ano amplia-se o endividamento de cada brasileiro pelo crescente e assustador aumento da dívida externa (hoje na casa dos 50 milhões de dólares), aumento da taxa de desemprego, a inflação e o custo de vida corroendo a qualidade de vida do brasileiro, o produto interno bruto sendo medido por taxas cada vez mais decrescente e relações de produções anacrônicas mantida no campo brasileiro pela prevalência do ultrapassado complexo latifúndio-minifúndio.

É dentro deste contexto conjuntural que se deve procurar entender a estratégia governamental da reformulação partidária.

O regime implantado no país, autor e executor do modelo econômico que vem resultando na realidade apresentada, desde que se instalou no poder até os dias atuais, vem procurando de casuismo em casuismo encontrar as formas de nele permanecer para dar prosseguimento às políticas anti-populares e anti-nacionais.

Assim é que, a partir de 64, assistimos à escalada de atos institucionais, culminando com a decretação do AI-5, responsável por um dos períodos mais negros da história do povo brasileiro.

A existência de ventos liberalizantes, conquistado a duras penas pelo esforço conjunto da sociedade civil do país, não nos credita a iludir-nos com o caráter autocrático e repressivo do regime. A extinção do AI-5 não se deu sem que antes não se fechasse o Congresso e assim pudessem ser produzidos os “salvaguardas” que apenas dilui a execução, a Lei Falcão (que suprime as liberdades das campanhas eleitorais), e os senadores “biônicos” (que asseguram a maioria governista no Congresso).

Agora, volta-se o Governo para acabar com os partidos políticos; tenciona tão somente o regime, golpear mais uma vez o avanço das correntes democráticas pela supressão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado no bojo da execução para justificar no panorama internacional, a fachada da democracia, o MDB representa tal qual a fábula “O feitiço que virou contra o feiticeiro”. Transformou-se, ano após ano, no fio condutor, desaguadouro natural do descontentamento da sociedade brasileira, e por mais embaraços trazidos, seja pelas cassações arbitrárias de seus mais autênticos representantes, seja pelos cavilosos ardis da legislação de execução, pode o povo brasileiro, através do MDB, impor sucessivas derrotas às forças governamentais.

Manter-se no poder, está é a questão central do projeto governamental que marcha para ser executado. Cabe portanto às correntes democráticas do País, e a todos aqueles que lutam pelo progresso social do povo brasileiro antepor-se a esta proposta e levantar alternativas que colimem com as aspirações da maioria da nação.

Deste modo, nós os participantes do XI Congresso Brasileiro de Agronomia, optamos por ficar ao lado daqueles que lutam pela plenitude das liberdades democráticas e repudiamos, portanto, o projeto governamental da reformulação partidária, denunciando-o por termos identificado nele, mais uma manobra casuística do regime para se perpetuar no poder.

Somos favoráveis ao pluripartidarismo, mas a um pluripartidarismo sem restrições, livre, onde toda e qualquer corrente ideológica possa se organizar, manifestar e concorrer ao poder, respeitando porém, as regras do jogo democrático.

Este pluripartidarismo no entanto só é possível se os partidos políticos não forem criados de cima para baixo, se a legislação que regule esteja inserida no âmago de uma constituição elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte que não tenha senadores biônicos, que os seus representantes tenham sido livremente eleitos, sem nenhuma restrição, sem nenhuma Lei Falcão. **Pelas Liberdades democráticas! Pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte!**

26/10/79”.